



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO  
XVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO  
1ª ETAPA – PROVA OBJETIVA SELETIVA  
2ª PARTE (DOMINGO)

---

---

**BLOCO II**

---

---

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

---

---

-----  
**Questão n. 1**  
-----

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A regra geral de fixação da competência *ex ratione loci*, na Justiça do Trabalho, é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutra local ou no estrangeiro.
- b) Não há na Consolidação das Leis do Trabalho, ou na legislação esparsa, previsão para o procedimento da exceção *ratione loci*, razão pela qual a sua análise admite ampla flexibilidade por parte do juiz.
- c) A exceção *ratione loci* pode ser arguida pelas partes e pelo Juiz a qualquer momento porque se trata de nulidade processual absoluta.
- d) A jurisdição de cada Vara do Trabalho abrange todo o território da Comarca, não podendo ser estendida ou restringida.
- e) Para efeito de Jurisdição dos Tribunais Regionais, o território nacional é dividido em 20 regiões.

-----  
**Questão n. 2**  
-----

**Sobre as nulidades no processo do trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- b) As nulidades não serão declaradas senão mediante a provocação das partes, as quais deverão argüi-las à primeira vez que tiverem que falar em audiência ou nos autos.

- c) A nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
- d) A nulidade não será pronunciada quando for suscitada por quem lhe tiver dado causa.
- e) A nulidade do ato fulminará todos os atos anteriores e posteriores que dele dependam ou sejam conseqüência.

-----  
**Questão n. 3**  
-----

**João trabalhou numa fábrica de telhas de amianto no período compreendido entre 02.01.95 e 31.10.05. No dia 10.04.08, João obteve do seu médico o diagnóstico de asbestose, momento em que tomou conhecimento da gravidade da doença e as conseqüências para sua capacidade laborativa. Com o agravamento dos problemas de saúde decorrentes da referida enfermidade, João veio a falecer em 23.10.09. Em 10.03.10, Maria, Pedro e Joana, respectivamente viúva e filhos de João, ingressaram com ação em face da empresa na Justiça do Trabalho, postulando a sua condenação no pagamento de uma indenização por danos morais e materiais em virtude da perda do ente querido. Sobre o caso relatado, leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa correta:**

- I. Tendo em vista que a ruptura do contrato de trabalho de João se deu no dia 31.10.05, a pretensão de seus herdeiros foi colhida pela prescrição bienal total do direito de ação, tudo conforme as disposições dos artigos 7º, XXIX da Constituição Federal de 1988 e o artigo 11, II da Consolidação das Leis do Trabalho.
- II. Ainda que a pretensão dos autores não tivesse sido colhida pela prescrição bienal, a matéria ventilada pelos herdeiros de João não é de competência da Justiça do Trabalho, haja vista que a lide não envolve a relação jurídica entre empregado e empregador. Entendimento nesse sentido se encontra pacificado pela Súmula 366 do Superior Tribunal de Justiça.
- III. O Supremo Tribunal Federal manifestou entendimento de que ação dessa natureza é da

competência da Justiça do Trabalho, provocando o cancelamento da Súmula 366 do Superior Tribunal de Justiça.

- IV. No caso em tela, não há a prescrição biennial total do direito de ação, porque, pelo princípio da *actio nata*, o termo *a quo* prescricional coincide com a data na qual João veio a falecer, fato gerador dos danos morais sofridos pelos sucessores.
- V. Além do dano moral “em ricochete”, os herdeiros de João poderão pedir a condenação da empresa no pagamento de uma pensão vitalícia com base no que prescreve o artigo 948, II do Código Civil, e os honorários advocatícios de sucumbência em virtude do que dispõe o artigo 6º da Instrução Normativa 27 do Tribunal Superior do Trabalho.
- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.  
b) As assertivas III, IV e V estão corretas.  
c) Apenas a assertiva II está correta.  
d) Apenas a assertiva III está correta.  
e) Apenas a assertiva V está correta.

#### Questão n. 4

**Com relação à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Ação Rescisória, leia as assertivas abaixo e depois assinale a alternativa CORRETA:**

- I. É cabível pedido liminar em petição inicial de ação rescisória, ou na fase recursal, visando suspender a execução da decisão rescindenda;
- II. Não cabe antecipação da tutela em ação rescisória, razão pela qual o pedido nesse sentido será recebido como medida acautelatória.
- III. Ação rescisória fundamentada em violação de lei admite reexame de fatos e provas que originaram a decisão rescindenda.
- IV. É incabível ação rescisória em face de questão processual, mesmo que seja pressuposto de validade de uma sentença de mérito.
- V. Aplicando-se o princípio *iura novit curia*, não há inépcia da inicial em ação rescisória na hipótese de capitulação equivocada de um dos incisos do artigo 485 do Código de Processo Civil.
- a) Apenas a assertiva I está correta.  
b) As assertivas I, II e V estão corretas.  
c) Apenas a assertiva II está correta.  
d) Apenas a assertiva V está correta.  
e) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

#### Questão n. 5

**De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre o Recurso Ordinário trabalhista, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. O efeito devolutivo em profundidade do Recurso Ordinário se extrai do artigo 515, § 1º do Código de Processo Civil.
- II. O efeito devolutivo em profundidade do Recurso Ordinário transfere ao Tribunal a apreciação do fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contrarrazões.
- III. Não há efeito devolutivo em profundidade no Recurso Ordinário no processo do trabalho porque a apreciação pelo Tribunal de matéria de defesa não enfrentada pelo juízo *a quo* consistiria em flagrante supressão de instância.
- IV. O recurso ordinário trabalhista é destituído de efeito devolutivo.
- V. O efeito devolutivo em profundidade não alcança o pedido não apreciado na sentença.
- a) As assertivas I, II e V estão corretas.  
b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.  
c) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.  
d) Apenas a assertiva II está correta.  
e) Apenas a assertiva V está correta.

#### Questão n. 6

**Com relação à audiência de julgamento, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes, salvo nos casos de Reclamações Plúrimas ou Ações de Cumprimento, quando os empregados poderão fazer-se representar pelo sindicato de sua categoria.
- b) De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, o preposto deve ser necessariamente empregado da reclamada, excetuando-se apenas a hipótese do empregador doméstico.
- c) Consoante jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a revelia pode ser afastada na hipótese de apresentação de atestado médico, declarando expressamente a impossibilidade de locomoção do empregador ou do seu preposto.

- d) A revelia não implica a procedência de todos os pedidos formulados na inicial.
- e) O reclamante poderá se fazer representar por outro empregado desde que os motivos de sua ausência sejam poderosos e comprovados.

---

**Questão n. 7**

---

**No que diz respeito às demandas sujeitas ao rito sumariíssimo, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A instrução do feito, que deverá ser realizada em audiência única, poderá contar com a participação do Juiz Titular e do Juiz Substituto, simultaneamente.
- b) O pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.
- c) Só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
- d) Só será deferida prova técnica se houver imposição legal nesse sentido.
- e) Cada uma das partes poderá trazer, no máximo, duas testemunhas.

---

**Questão n. 8**

---

**Ainda sobre as demandas sujeitas ao rito sumariíssimo, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência, salvo absoluta impossibilidade, a critério do Juiz.
- b) Interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de quinze dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo Juiz da causa.
- c) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência com a dispensa do relatório.
- d) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumariíssimo.
- e) A exceção em razão do lugar será decidida de plano.

---

**Questão n. 9**

---

**Levando-se em conta a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA em relação ao fato**

**superveniente, previsto no artigo 462 do Código de Processo Civil:**

- a) Como não há omissão sobre a matéria na legislação trabalhista, o artigo 462 do Código de Processo Civil não se aplica ao processo do trabalho.
- b) Apenas os fatos extintivos supervenientes poderão ser suscitados depois da propositura da ação.
- c) O fato superveniente só poderá ser suscitado mediante provocação da parte interessada.
- d) Tendo em vista que no processo do trabalho a audiência é una e o Juiz deve prolatar a sentença logo depois da apresentação das razões finais, não há tempo hábil para apreciação de fato superveniente.
- e) As diretrizes do artigo 462 do Código de Processo Civil poderão ser aplicadas de ofício aos processos em curso em qualquer instância trabalhista.

---

**Questão n. 10**

---

**Considerando-se a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA em relação ao Mandado de Segurança:**

- a) O remédio heróico poderá ser manejado quando a antecipação da tutela for deferida na sentença.
- b) Não cabe Mandado de Segurança de decisão que antecipa a tutela antes da sentença porque no processo do trabalho as decisões interlocutórias são irrecorríveis.
- c) Com fundamento no artigo 284 do Código de Processo Civil, conceder-se-á prazo de dez dias para a emenda à inicial na hipótese de o impetrante não carrear aos autos documento indispensável à propositura da ação.
- d) Cabe Mandado de Segurança de ato judicial que determina penhora em dinheiro em execução definitiva, porque o impetrante/executado tem direito líquido e certo a que os atos de expropriação submetam-se ao princípio da execução menos gravosa.
- e) Havendo superveniência da sentença nos autos originários, o *mandamus* manejado para impugnar a concessão de tutela antecipada perde o objeto.

---

### Questão n. 11

---

**No tocante à execução trabalhista, leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. Faculta-se ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida à Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução.
  - II. Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.
  - III. Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal.
  - IV. A liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.
  - V. A atualização do crédito devido à Previdência Social observará os critérios estabelecidos na legislação previdenciária.
- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - b) Todas as assertivas estão corretas.
  - c) Apenas a assertiva III está correta.
  - d) Apenas a assertiva IV está correta.
  - e) Apenas a assertiva V está correta.

---

### Questão n. 12

---

**Com relação aos Embargos à Execução e à Impugnação aos Cálculos de Liquidação, assinale a alternativa CORRETA,**

- a) O prazo para Embargos à Execução no processo do trabalho é de dez dias contados da juntada aos autos do auto de penhora.
- b) Na fase de Embargos à Execução, não é possível produção de prova testemunhal.
- c) O exequente só poderá impugnar os cálculos de liquidação no momento em que tiver ciência da liberação do crédito exequendo.
- d) Nos Embargos o executado poderá suscitar a inexigibilidade do título pela quitação.
- e) A Impugnação aos Cálculos, promovida pelo exequente, será julgada em autos apartados.

---

### Questão n. 13

---

**Observando-se a jurisprudência sumulada e as Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa**

**INCORRETA sobre a competência material da Justiça do Trabalho.**

- a) A Justiça do Trabalho é competente para apreciar reclamação de empregado que tenha por objeto direito fundado em quadro de carreira.
- b) A Justiça do Trabalho é competente para apreciar lide envolvendo o pedido de indenização pela não concessão das guias de comunicação de dispensa para acesso ao seguro-desemprego.
- c) A Justiça do Trabalho é competente para dirimir controvérsias referentes à indenização por danos morais quando decorrentes da relação de trabalho.
- d) A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais.
- e) A Justiça do Trabalho não é competente para apreciar pedido de complementação de pensão requerida por viúva de ex-empregado.

---

### Questão n. 14

---

**Assinale a alternativa CORRETA em relação ao *jus postulandi* na Justiça do Trabalho:**

- a) O *jus postulandi* refere-se à capacidade postulatória.
- b) Ao considerar o advogado essencial ao funcionamento da justiça, a Constituição Federal de 1988 derogou as normas processuais que possibilitavam o exercício do *jus postulandi* na Justiça do Trabalho.
- c) Em razão do disposto na letra 'b', o Tribunal Superior do Trabalho cancelou as Súmulas que não admitiam a condenação em honorários advocatícios.
- d) A jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho admite o *jus postulandi* apenas nos dissídios individuais submetidos ao rito sumariíssimo.
- e) A jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho não admite o *jus postulandi* quando da interposição do Recurso de Revista.

---

### Questão n. 15

---

**Com fundamento na lei, na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as assertivas abaixo acerca do ônus da prova em matéria de jornada de trabalho e, depois, assinale a alternativa CORRETA.**

- I. Contando com mais de dez empregados, é ônus da empresa manter um sistema de registro de jornada de trabalho conforme estabelece o artigo 74, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.
- II. A ausência injustificada dos documentos de controle de jornada no processo gera a presunção relativa de veracidade da jornada declinada na peça vestibular, a qual pode ser elidida mediante produção de prova em contrário.
- III. A presunção de veracidade dos documentos de controle de jornada, consagrada em instrumento normativo, não pode ser elidida por prova em contrário.
- IV. Os documentos de controle de jornada que revelem marcação inalterada dos horários de entrada e saída não são válidos, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.
- V. A aplicação da confissão ficta em desfavor do empregador gera a presunção de veracidade da jornada declinada na inicial, que poderá ser elidida mediante robusta prova documental.
- a) Apenas a assertiva I está correta.  
b) Apenas a assertiva II está correta.  
c) As assertivas I, II, IV e V estão corretas.  
d) Apenas a assertiva III está correta.  
e) As assertivas I, II e III estão corretas.

---

#### Questão n. 16

---

**Ainda a respeito do ônus da prova, assinale a alternativa CORRETA de acordo com a jurisprudência sumulada e Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho:**

- a) É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis à obtenção do vale-transporte.  
b) O empregador não tem o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.  
c) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação do serviço e o despedimento, é do empregador.  
d) Sempre é do reclamante o ônus de provar a inexistência ou o recolhimento a menor das parcelas mensais devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em determinado período,

mesmo quando em relação a ele a reclamada assegure que os depósitos foram recolhidos corretamente.

- e) O termo inicial do direito ao salário-família coincide com a prova da filiação. Se feita em juízo, corresponde à data do trânsito em julgado que reconheceu o direito ao benefício.

---

#### Questão n. 17

---

**Tendo por referência a lei e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA em relação aos Embargos de Terceiro.**

- a) A petição inicial na ação de Embargos de Terceiro deve observar as regras do artigo 282 do Código de Processo Civil.  
b) Na petição inicial, o embargante deverá fazer a prova sumária de sua posse e da qualidade de terceiro.  
c) Os embargos podem ser de terceiro senhor e possuidor, ou apenas possuidor.  
d) Na fase de conhecimento, os Embargos de Terceiro podem ser ajuizados a qualquer tempo, entretanto na fase de execução só até dez dias contados do ato de constrição judicial.  
e) Na execução por carta precatória, os Embargos de Terceiro serão oferecidos no Juízo deprecante ou no Juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo quando os embargos versarem exclusivamente sobre vícios e irregularidades nos atos de expropriação promovidos pelo Juízo deprecado, passando a ser desse último a competência para o julgamento.

---

#### Questão n. 18

---

**A respeito da admissibilidade do Recurso de Revista na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, é INCORRETO afirmar:**

- a) A admissibilidade do Recurso de Revista interposto de acórdão proferido em Agravo de Petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente de execução, inclusive os Embargos de Terceiros, depende da denominação inequívoca de violência direta à lei federal ou à Constituição Federal.  
b) É incabível Recurso de Revista contra acórdão regional prolatado em Agravo de Instrumento.

- c) Não ensejam Recurso de Revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
- d) É incabível o Recurso de Revista ou de Embargos para reexame de fatos e provas.
- e) O fato do juízo primeiro de admissibilidade do Recurso de Revista entendê-lo cabível apenas quanto à parte das matérias veiculadas não impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho.

---

#### Questão n. 19

---

**Acerca da desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A teoria da desconconsideração da personalidade jurídica do executado permite ao Juiz atuar no sentido de que os atos expropriatórios recaiam sobre os bens particulares do titular ou dos sócios da empresa, sempre que se demonstrar a insuficiência do patrimônio societário.
- b) O princípio da responsabilidade limitada do sócio prevalece à teoria da desconconsideração da personalidade jurídica do executado, obedecida na hipótese o *quantum* econômico fixado no contrato de constituição da empresa.
- c) c) O sócio-cotista não responde por dívida ou prejuízos causados a terceiros sendo vedada ao Juízo a aplicação da teoria da desconconsideração da personalidade jurídica do executado.
- d) Inaplicável a teoria da desconconsideração da personalidade jurídica do executado quando ausente prova de gestão fraudulenta ou desvio de finalidade empresarial.
- e) A teoria da desconconsideração da personalidade jurídica do executado não alcança micro e pequenas empresas.

---

#### Questão n. 20

---

**A Lei Complementar n. 75/93, que dispõe sobre a organização, atribuições e o estatuto do Ministério Público do Trabalho, fixou, no artigo 83, IV, a competência para propositura das ações de declaração de nulidade de cláusulas de Contrato, Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva que viole as liberdades individuais coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores. Considerada tal previsão, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O Ministério Público do Trabalho detém competência privativa para ajuizamento de Ação Anulatória de cláusula coletiva.

- b) Empregados não associados do sindicato, individualmente nominados, formando uma coalizão, têm legitimidade ativa concorrente para o ajuizamento de Ação Anulatória de cláusula coletiva que obriga a todos os trabalhadores a pagarem a denominada contribuição sindical.
- c) A jurisdição originária em matéria coletiva é atribuição dos Tribunais vedado às Varas do Trabalho conhecer questões que versam sobre nulidade de cláusula de contrato individual de trabalho.
- d) É incabível Ação Civil Pública nos casos de Acordos Coletivos devidamente registrados no Ministério do Trabalho.
- e) Cabe ao Ministério Público do Trabalho, no uso de suas atribuições funcionais, atuar nas negociações coletivas de interesse de grupo de trabalhadores à margem da representado sindical.

---

### DIREITO CONSTITUCIONAL

---

---

#### Questão n. 21

---

**Sobre a composição dos Tribunais e o processo de escolha de seus membros, é CORRETO afirmar:**

- a) O provimento dos cargos de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, nas vagas reservadas aos advogados, depende de ato complexo, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, do Tribunal Superior do Trabalho, do Presidente da República e do Senado Federal, do mesmo modo que ocorre no provimento das vagas de advogado nos demais Tribunais Superiores, à exceção do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal.
- b) O prazo decadencial do direito à impetração de mandado de segurança para impugnar lista tríplice de candidatos a vaga Juiz do Tribunal Regional do Trabalho é contado da data da publicação do decreto do Presidente da República.
- c) Se, para fins de atendimento ao “quinto constitucional”, a divisão por cinco do número de vagas existentes no Tribunal resultar em número fracionado, e a fração for inferior a meio, o arredondamento ocorrerá para baixo.
- d) Para o provimento das vagas do Superior Tribunal de Justiça reservadas aos juízes dos

Tribunais de Justiça, cabe distinguir entre os Desembargadores oriundos da Magistratura e os que são originários da advocacia ou do Ministério Público.

- e) A Constituição veda ao Procurador-Geral do Trabalho a possibilidade de concorrer a vaga do Tribunal Superior do Trabalho reservada a Membro do Ministério Público.

---

#### Questão n. 22

---

**Em relação às disposições constitucionais atinentes à execução contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, exceto quanto aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor.
- b) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público e privado, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- c) As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor, em quaisquer casos, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do seu débito.
- d) No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vencidas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.
- e) Lei complementar estadual, distrital ou municipal poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios, respectivamente, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida, forma e prazo de liquidação.

---

#### Questão n. 23

---

**Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil situam-se, entre outros, os seguintes:**

- a) Construir uma sociedade livre e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; promover os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) Construir uma sociedade livre e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; a prevalência dos direitos humanos.
- c) Garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; a dignidade da pessoa humana.
- d) Construir uma sociedade livre e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- e) A defesa da paz; garantir o desenvolvimento nacional; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

---

#### Questão n. 24

---

**A Emenda n. 45/04 alterou o art. 114 da Constituição Federal no que toca à competência da Justiça do Trabalho. Com base, portanto, na atual disposição do texto constitucional, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A Justiça do Trabalho não é competente para processar e julgar ações penais, nem mesmo as que guardam conexão com a relação de trabalho.
- b) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e à saúde dos trabalhadores.
- c) A existência de sentença de mérito é fator determinante para fixar a competência da Justiça comum ou da Justiça do Trabalho nas ações sobre representação sindical, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

- d) Compete à Justiça do Trabalho o julgamento de toda controvérsia relativa à complementação de proventos de aposentadoria, quando decorrente de contrato de trabalho.
- e) Tendo a ação civil pública, como causas de pedir, disposições trabalhistas e quaisquer questões voltadas à preservação do meio ambiente, a competência para julgá-la é da Justiça do Trabalho.

---

**Questão n. 25**

---

**Indique a alternativa INCORRETA acerca do veto presidencial a projetos de lei.**

- a) O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.
- b) Não é possível, em sede de veto, acrescentar dispositivos ao projeto de lei vetado.
- c) O veto, devidamente fundamentado, pendente de deliberação política do Poder Legislativo — que pode, sempre, mantê-lo ou recusá-lo — é enquadrável no conceito de “ato do Poder Público”, para fins de ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) O Judiciário não pode perquirir a motivação política da edição de medidas provisórias ou do veto aos projetos de lei de conversão, a não ser, excepcionalmente, em caso de patente ilegalidade ou abuso de poder.
- e) O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

---

**Questão n. 26**

---

**Sobre o controle de constitucionalidade, leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. Com a Constituição de 1934 surgiu a possibilidade de controle abstrato por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva, mas só com a Emenda Constitucional n.º 16, em 1965, é que foi criada a Ação Direta de Inconstitucionalidade genérica, por meio da qual qualquer lei podia ser objeto do controle de constitucionalidade.
- II. A Emenda Constitucional n. 45 de 08.12.04 estendeu o efeito vinculante, que antes atingia apenas o Judiciário e o Executivo, a toda

administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- III. A atuação do Poder Legislativo no processo de elaboração da lei, nas Comissões de Constituição e Justiça, não consubstancia, em nenhum sentido, controle prévio de constitucionalidade.
- IV. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite mandado de segurança impetrado pelo Chefe do Poder Executivo em face de projetos de lei que violam a sua iniciativa legislativa privativa.
- V. A competência exclusiva do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo é entendida, pela doutrina, como mecanismo político de controle repressivo de constitucionalidade.

- a) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e IV e V estão corretas.
- e) Nenhuma das assertivas está correta.

---

**Questão n. 27**

---

**Acerca da Advocacia Pública, leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. A Advocacia-Geral da União pode deixar de defender a constitucionalidade de norma questionada no Supremo Tribunal Federal.
  - II. O Advogado-Geral da União precisa ser maior de 35 anos e ter “notável saber jurídico e reputação ilibada”, mas não precisa integrar as carreiras da AGU, sendo, contudo, submetido à aprovação do Senado Federal.
  - III. Os Estados podem criar Procuradorias da Fazenda, conquanto estejam vinculadas à Procuradoria-Geral do Estado.
  - IV. Compete à Procuradoria-Geral Federal, por delegação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a execução de multa imposta aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
  - V. É absolutamente vedada a contratação de escritórios privados de advocacia para a representação da União em causas especiais, ou no exterior.
- a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - c) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
  - d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
  - e) Nenhuma das assertivas está correta.

-----  
**Questão n. 28**  
-----

**Tendo em vista as normas constitucionais que tratam das finanças públicas, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA.**

- I. Lei complementar disporá sobre dívida pública externa e externa, excetuada a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.
  - II. A submissão ao Poder Legislativo da autorização ou aprovação de convênios, acordos ou contratos de que resultam encargos não previstos na lei orçamentária, contraria a separação dos poderes.
  - III. É absolutamente vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.
  - IV. Padece de inconstitucionalidade a Resolução de Tribunal de Justiça que, sem prévia autorização legislativa, transfere para o Poder Judiciário parcela de emolumentos de serviços notariais destinada ao Poder Executivo.
  - V. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei.
- a) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
  - b) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
  - c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - d) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
  - e) Nenhuma das assertivas está correta.

-----  
**Questão n. 29**  
-----

**A par dos direitos sociais gerais (artigo 6º da Constituição Federal), que denotam a opção do constituinte por um modelo de Estado do Bem-Estar Social, a Constituição prevê, nos seus arts. 7.º e 8.º, uma série de direitos sociais, individuais e coletivos, direcionados aos trabalhadores. Acerca destes últimos, leia atentamente as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

- I. Viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras do serviço militar inicial.
- II. A irredutibilidade do salário é direito irrenunciável do trabalhador.
- III. A celebração de Convenções e Acordos Coletivos de trabalho constitui direito de todos os trabalhadores, públicos ou privados.

- IV. Os sindicatos têm legitimidade processual para atuar apenas na defesa dos direitos subjetivos coletivos dos integrantes da categoria por eles representada.
- V. A condição de dirigente ou representante sindical impede a exoneração do servidor estatutário regularmente reprovado em estágio probatório.

- a) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
- e) Nenhuma das assertivas está correta.

-----  
**Questão n. 30**  
-----

**Acerca da posição hierárquico-normativa dos Tratados Internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. O *status* normativo supralegal dos Tratados Internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de adesão.
  - II. Diante da supremacia da Constituição, a adesão do Brasil a Tratado Internacional de direitos humanos não revoga os dispositivos constitucionais que o contrarie.
  - III. Os Tratados Internacionais de direitos humanos incorporados no direito interno antes da Emenda Constitucional n. 45/04 não podem ser submetidos ao procedimento especial de aprovação previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição, visando a conferir-lhes estatura de Emenda Constitucional.
  - IV. Os Tratados e Convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
  - V. Todo Tratado ou Convenção internacional que institua disposição na esfera dos direitos humanos tem reflexo no ordenamento jurídico brasileiro.
- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - e) Nenhuma das assertivas está correta.

---

**Questão n. 31**

---

**O postulado segundo o qual “a Constituição está em elaboração permanente nos Tribunais incumbidos de aplicá-la” (FRANCISCO CAMPOS) exprime um processo:**

- a) Formal de mudança da norma constitucional.
- b) Usurpador do poder constituinte derivado.
- c) De interpretação conforme a Constituição.
- d) Informal de mutação constitucional.
- e) Manutenção da norma constitucional, mudando-se o texto.

---

**Questão n. 32**

---

**A respeito da divisão territorial do poder, principalmente no constitucionalismo brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O Estado brasileiro foi forjado com base no federalismo.
- b) Nos termos da Constituição, a União é competente para realizar o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- c) Apenas a Constituição de 1937, na história do constitucionalismo brasileiro, deixou de adotar a forma de Estado federal.
- d) O Brasil constitui exemplo de Estado federal por segregação.
- e) É simétrica a federação que permite a separação dos entes federados.

---

**Questão n. 33**

---

**A respeito da competência e da responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A competência privativa do Presidente da República para dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos (art. 84, VI, “b” , da Constituição, incluída pela Emenda Constitucional n. 32 de 11.09.01), quando vagos, é modalidade válida de decreto autônomo, apto a revogar norma legal que criou as funções ou cargos.
- b) Compete privativamente ao Presidente da República declarar guerra, em caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e

decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, desta feita, sem a necessidade de autorização ou referendo legislativo.

- c) A competência do Presidente da República para conceder anistia, indulto ou comutação de pena é delegável.
- d) Todos os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados, maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
- e) O Presidente da República detém imunidade penal, civil e trabalhista, na vigência do seu mandato.

---

**Questão n. 34**

---

**Acerca da organização, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Compete ao Senado Federal julgar os Membros do Conselho Nacional de Justiça por crime de responsabilidade.
- b) Integrará o Conselho Nacional de Justiça um Juiz de Tribunal Regional Federal e um Juiz Federal, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) Os membros do Conselho, salvo seu Presidente, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- d) O Conselho será presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado por essa Corte, o qual não ficará impedido nos feitos que impugnam, no próprio Supremo Tribunal Federal, os atos do Conselho Nacional de Justiça de cujo julgamento participou.
- e) A ausência do Procurador-Geral da República e do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil às sessões do Conselho Nacional de Justiça não implica a nulidade das decisões nelas tomadas.

---

**Questão n. 35**

---

**Detêm legitimação universal para a propositura de Ação Direta de Constitucionalidade:**

- a) A União Nacional dos Estudantes.
- b) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- c) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Governador de Estado ou do Distrito Federal.

- e) Diretório estadual de partido político com representação no Congresso Nacional.

---

**DIREITO CIVIL**

---

---

**Questão n. 36**

---

**Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. Para o menor com 16 (dezesseis) anos completos, a relação de trabalho ensejará, como consequência necessária, a maioria plena (emancipação).
  - II. Desconsideração da Pessoa Jurídica é a quebra do sigilo bancário dos sócios da sociedade que, em função de desvio, má-fé ou má administração, não tiver condições patrimoniais de cumprir suas obrigações perante terceiros.
  - III. Os cegos, por possuírem uma redução do discernimento (a exemplo da limitação para serem admitidos como testemunhas - art. 228, Código Civil), entram na regra geral das incapacidades relativas.
  - IV. Uma vez concedida, a emancipação não poderá mais ser revogada.
  - V. A manifestação da vontade é essencial para a existência dos negócios jurídicos, por isso não podemos conceber um contrato nascido do silêncio das partes.
- a) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
  - b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - c) As assertivas II, IV e V estão corretas.
  - d) Apenas a assertiva I está correta.
  - e) Apenas a assertiva IV está correta.

---

**Questão n. 37**

---

**Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. A sentença judicial declaratória da ausência enseja a presunção *juris tantum* da morte (ou seja, admite prova em contrário) e não precisa ser levada para registro no Cartório de Registros Públicos.
- II. A fundação pode ser instituída tanto por pessoa física como por pessoa jurídica.
- III. Os surdos-mudos são considerados relativamente incapazes.
- IV. Quanto ao domicílio, em nosso sistema legal, uma pessoa pode tê-lo sem ter residência.
- V. Os frutos e os produtos se caracterizam pela periodicidade, pela inalterabilidade da

substância e pela separabilidade da coisa principal.

- a) As assertivas II, III e V estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) As assertivas I, III e V estão incorretas.
- d) Apenas a assertiva IV está incorreta.
- e) Apenas a assertiva II está incorreta.

---

**Questão n. 38**

---

**Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. Os vícios de vontade só podem ser observados nos negócios jurídicos.
  - II. O prazo para se pleitear a anulabilidade do ato jurídico por vício de vontade é prescricional.
  - III. Termo é a cláusula que subordina os efeitos do ato negocial a um acontecimento futuro e certo.
  - IV. A invalidade é uma sanção do ordenamento jurídico a alguma desconformidade e/ou irregularidade relativa a pressupostos e/ou requisitos de validade dos atos jurídicos *lato sensu*.
  - V. O ato de confirmação deverá observar, necessariamente, a mesma substância do contrato (anulável) celebrado e a vontade expressa de confirmação.
- a) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
  - b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - c) Apenas as assertivas I, III e V estão incorretas.
  - d) Todas estão incorretas.
  - e) Apenas as assertivas II, IV e V estão incorretas.

---

**Questão n. 39**

---

**Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. O objeto do *pactum in contrahendo* (contrato preliminar) é celebração do contrato definitivo.
- II. Podemos afirmar que os efeitos dos contratos aleatórios estão vinculados a uma condição.
- III. A validade da estipulação em favor de terceiro não depende da vontade do terceiro beneficiário.
- IV. No caso da estipulação em favor de terceiro, a faculdade de revogar o benefício é pessoal, não passando aos herdeiros do estipulante, no caso do seu falecimento.
- V. Na promessa de fato de terceiro, a assunção (anuência) da obrigação pelo terceiro libera o promitente.

- a) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e V estão incorretas
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está incorreta.

---

**Questão n. 40**

---

**Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. O oblato sempre está obrigado aos termos da proposta que faz.
  - II. A modalidade de contrato aleatório denominada *quantum minoris* ocorre quando a álea versar sobre quantidade maior ou menor da coisa esperada, sendo devido o preço ao alienante, desde que este não tenha culpa, bastando que a coisa venha a existir em qualquer quantidade.
  - III. O princípio da função social da relação contratual importa em compreender as obrigações advindas do contrato em conjunto com o meio social, tomadas essas obrigações sempre de forma relativa e não absoluta entre as partes.
  - IV. A entrega objetiva de coisa diversa da contratada não constitui vício redibitório, mas sim dolo.
  - V. As arras penitenciais excluem a indenização suplementar.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
  - b) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
  - c) Apenas as assertivas III e V estão corretas
  - d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - e) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.

---

**Questão n. 41**

---

**Sobre os vícios redibitórios, observe as afirmações abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. O vício somente é caracterizado como redibitório se o alienante da coisa tiver conhecimento dele.
- II. A garantia por vícios redibitórios dada pela lei ao contratante prejudicado constitui um dos efeitos diretos dos contratos comutativos.
- III. A ação estimatória é o meio de que se pode servir o adquirente para enjeitar a coisa por vícios ou defeitos ocultos.
- IV. Para que o vício seja redibitório, é indispensável que ele torne a coisa imprópria ao uso a que é

destinada, não se admitindo a sua caracterização em outra hipótese.

- V. A ação *quantum minoris*, se exercitada pelo adquirente prejudicado, não acarreta a redibição do contrato.

- a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
- c) As assertivas II, III e V estão corretas.
- d) As assertivas I, III e IV estão corretas.
- e) As assertivas I, II e V estão corretas.

---

**Questão n. 42**

---

**Quanto à evicção no ordenamento jurídico pátrio:**

- I. A cláusula de irresponsabilidade por evicção exclui a obrigação do alienante em pagar perdas e danos e em restituir o preço pago.
  - II. O evicto de boa-fé possui o direito a indenização pelas benfeitorias que não lhe foram abonadas, desde que necessárias.
  - III. O ordenamento brasileiro acolheu a possibilidade de evicção parcial.
  - IV. Um dos requisitos para configuração da evicção é a anterioridade do direito do evictor ao contrato celebrado.
  - V. Na hipótese de ser acionado, o adquirente notificará o alienante imediato ou qualquer dos anteriores, para que intervenha no processo e defenda a coisa que alienou.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
  - b) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
  - c) As assertivas I, III e IV estão incorretas.
  - d) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
  - e) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.

---

**Questão n. 43**

---

**José emprestou a Antônio sua bicicleta de corrida, para que Antônio participasse de um passeio ciclístico a ser promovido na cidade onde moravam. Durante o passeio, houve um “arrastão” e diversas pessoas que participavam tiveram seus pertences roubados. Antônio foi vítima e teve a bicicleta roubada sob mira de armas de fogo. Nesse caso:**

- a) Antônio terá que pagar a José o valor da bicicleta, mais perdas e danos.
- b) Antônio terá de pagar a José o valor da bicicleta, sem perdas e danos.

- c) Antônio terá de pagar a José 50% do valor da bicicleta, sem perdas e danos.
- d) Antônio não terá de pagar nada a José.
- e) Antônio terá de pagar a José apenas perdas e danos.

-----  
**Questão n. 44**  
 -----

**Podemos afirmar, a respeito das disposições sobre bem de família contidas no Código Civil de 2002, que:**

- a) A instituição do bem de família tratada na Lei n. 8.009/90 (residencial), foi revogada em razão do advento da nova regulamentação.
- b) Não houve a revogação do bem de família criado pela Lei n. 8.009/90, porque o Código Civil de 2002 tratou da regulação do bem de família independentemente da vontade (involuntário).
- c) Não houve a revogação do bem de família criado pela Lei n. 8.009/90, porque o Código Civil de 2002 tratou da regulação do bem de família voluntário móvel.
- d) Houve a revogação apenas parcial dos dispositivos da Lei n. 8.009/90, especificamente no que diz respeito ao bem de família involuntário.
- e) Apenas as partes relativas à responsabilização do fiador, nos contratos de locação, foram substituídas pelas regras do Código Civil de 2002, mantidas os demais dispositivos constantes da Lei 8.009/90.

-----  
**Questão n. 45**  
 -----

**Clodoaldo e Jerônimo são co-proprietários de uma fazenda de criação de cavalos de raça no interior do estado. E, como pessoas físicas, negociam conjuntamente a venda de animais, inclusive por meio de feiras e leilões. Obrigaram-se, então, a entregar a Manoel e a Francisco um cavalo de raça, campeão de vários prêmios. No entanto, o cavalo fugiu da fazenda por descuido de Teotônio, empregado de Clodoaldo e Jerônimo e funcionário da fazenda, que deixou a porteira aberta. O animal morreu atropelado. Pode-se dizer que a obrigação:**

- a) É complexa e indivisível, com responsabilidade única e exclusiva do empregado Teotônio.
- b) É indivisível, que se tornou divisível pela perda do objeto da prestação, com responsabilidade de Clodoaldo e Jerônimo, pela culpa de Teotônio, seu funcionário.

- c) É alternativa, com responsabilidade dos devedores Clodoaldo e Jerônimo, por culpa de seu funcionário, Teotônio, ante a perda do objeto da obrigação.
- d) É indivisível, tornando-se divisível com o perecimento do objeto, sem culpa dos devedores Clodoaldo e Jerônimo e sem responsabilidade destes.
- e) É simplesmente divisível, com o perecimento do objeto da prestação, respondendo objetivamente Clodoaldo e Jerônimo por 50% do valor do animal.

-----  
**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
 -----

-----  
**Questão n. 46**  
 -----

**Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. O Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança a pessoa até 14 (quatorze) anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos de idade.
  - II. São impedidos de compor e de servir no mesmo Conselho Tutelar sogro e genro
  - III. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar é estabelecido em Lei Estadual.
  - IV. O Estatuto da Criança e do Adolescente exige, como um dos requisitos à candidatura a membro do Conselho Tutelar, que a pessoa tenha idade superior a 18 (dezoito) anos.
  - V. Os principais fundamentos da proteção do trabalho da criança e do adolescente são de ordem cultural (estudar e receber instruções), de ordem moral (proibição de trabalhar em locais que agridam a moralidade), de ordem fisiológica (proibição de trabalho em local insalubre, penoso, perigoso, à noite, para que possa se desenvolver de maneira normal), de ordem de segurança (proteção para que se evitem acidentes de trabalho).
- a) As assertivas I, III e IV estão incorretas.
  - b) As assertivas II, III e V estão corretas.
  - c) As assertivas II e IV estão incorretas.
  - d) As assertivas I, III e V estão corretas.
  - e) As assertivas II e III estão incorretas.

-----  
**Questão n. 47**  
 -----

**Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. O trabalho educativo se caracteriza pelo relevo do aspecto pedagógico em detrimento do aspecto produtivo.
  - II. Ao adolescente com até 16 (dezesseis) anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.
  - III. O Conselho Tutelar é competente para executar as suas decisões.
  - IV. Ao adolescente empregado é vedado o trabalho noturno, realizado entre as 20 (vinte horas) de um dia e as 05 (cinco) horas do dia seguinte.
  - V. Em alguns casos, o menor aprendiz poderá ganhar menos de um salário mínimo.
- a) As assertivas I, III e IV estão incorretas.
  - b) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
  - c) As assertivas II, IV e V estão incorretas.
  - d) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
  - e) Todas as assertivas estão corretas.

---

**Questão n. 48**

---

**Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:**

- I. Mesmo que a atividade incumbida ao menor não exija capacitação técnico-profissional, nem lhe proporcione tal aprendizado, poderá ele ser contratado na condição de aprendiz contanto que haja a promessa expressa de futuro aprendizado específico.
  - II. Em favor do menor que realiza trabalho educativo não se obriga o cumprimento de obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias; é permitido o recebimento de “remuneração” pelo trabalho efetuado ou participação nas vendas de produtos de seu trabalho.
  - III. O “trabalho educativo”, por seus meios e fins, distingue-se substancialmente da aprendizagem, e volta-se exclusivamente ao adolescente.
  - IV. À criança portadora de deficiência é assegurado o trabalho protegido.
  - V. As decisões do Conselho Tutelar são irrecorríveis.
- a) As assertivas II, III e IV estão corretas.
  - b) As assertivas II, III e V estão corretas.
  - c) Apenas as assertivas I, IV e V estão incorretas.
  - d) As assertivas I, III e V estão corretas.
  - e) Todas as assertivas estão incorretas.

---

**Questão n. 49**

---

**De acordo com as disposições da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), podemos afirmar sobre o Conselho Tutelar:**

- a) Para a candidatura a membro do Conselho, é necessário que o candidato more no mesmo estado.
- b) Não é admitida a remuneração dos membros do Conselho Tutelar.
- c) O local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar será fixado por lei específica e não por ato colegiado dos membros do Conselho.
- d) Só pode haver um Conselho Tutelar por município.
- e) O Conselho Tutelar é órgão jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na legislação.

---

**Questão n. 50**

---

**Podemos afirmar que são atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:**

- a) Atender e aconselhar os pais ou responsável.
- b) Promover a execução de suas decisões.
- c) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- d) Expedir notificações.
- e) Assessorar o Ministério Público local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.